

PANDEMIA E TECNOLOGIA: OS OBSTÁCULOS E AS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

PANDEMY AND TECHNOLOGY: THE OBSTACLES AND THE IMPLICATIONS FOR EDUCATION IN
BRAZIL

Suzane Luz Pereira Santos¹

Washington Fraga Costa dos Santos²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar considerações acerca do impacto na educação causado pelo atual contexto pandêmico do COVID-19, e as consequentes implicações que sofrem a população economicamente vulnerável que precisam de ferramentas tecnológicas para acompanhar o ensino remoto. Nesse viés, será abordado a necessidade de transição de um ensino remoto emergencial para um modelo digital contínuo, indispensável para o aprimoramento da educação que ultrapassa as didáticas empregadas no ambiente presencial. Além do que, embora seja cediço a existência da instrução à distância tradicional, perpassar os obstáculos para implantar o ensino remoto durante a pandemia é uma outra forma de utilização das plataformas digitais para possibilitar o desenvolvimento das atividades educacionais, que não se confunde com o habitual EaD, sendo que àquela forma de ensino também objetiva amenizar os efeitos do isolamento social.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19, Ensino Remoto, Tecnologia.

ABSTRACT

This article aims to present considerations about the impact on education caused by the current pandemic context of COVID-19, and the consequent implications for the economically vulnerable population that need technological tools to monitor remote education. In this bias, the need for transition from emergency remote education to a continuous digital model will be addressed, which is essential for the improvement of education that goes beyond the didactics used in the presential environment. In addition, although the existence of traditional distance education is ceded, overcoming the obstacles to implement remote learning during the pandemic is another way of using digital platforms to enable the development of educational activities, which is not to be confused with the usual Ead, since that form of teaching also aims to alleviate the effects of social isolation.

KEYWORDS: COVID-19, Remote Learning, Technology.

¹ Graduanda em Direito na Universidade do Estado da Bahia. E-mail: suzie-luz@hotmail.com

² Graduando em Direito na Universidade do Estado da Bahia. E-mail: wfraga1@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil vive em situação de emergência de saúde pública, assim reconhecida em face do vírus Sars-CoV-2, conforme dispõe a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. De acordo com a recomendação das autoridades de saúde, é sabido por todos de forma irrefutável quais as medidas a serem adotadas com o fito de evitar a proliferação do contágio, sendo a mais comum a higienização das mãos, distanciamento social e o uso de máscara. Porém, a imprecisão na adoção de medidas de prevenção à saúde pública, torna a conduta mais simples em algo complexo e ineficaz, já que a ausência de adesão e os comportamentos irresponsáveis da população acaba por propiciar um crescimento vertiginoso de contaminação.

Sendo assim, a ilusão da volta ao normal acaba por esconder a faceta em que predomina a banalização e normalização da morte, gerando maiores consequências, e por vezes irreversíveis, para as populações pobres e vulneráveis. Com isso, negar os efeitos da pandemia e as teses científicas, tem o potencial real de afastar a adoção de um planejamento em que seja a prioridade evitar que a curva de contágio atinja patamares elevados, e que porventura pode resultar em um colapso generalizado na saúde. Nesse contexto a retomada das aulas no modo presencial ou até semipresencial sem uma vacinação coletiva, não se mostra segura e prudente, uma vez que urge buscar a intensificação do isolamento social. Entretanto, existem alguns serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades da população, e que, sem dúvidas, seria a oferta de aulas na forma remota, sendo fundamental contemplar em todos os níveis a emergência de democratização da educação digital.

Posto isso, as mazelas pré-existentes que atingem com veemência a população em vulnerabilidade socioeconômica acabaram se acentuando no atual cenário pandêmico, afetando, por conseguinte, a permanência dos estudantes brasileiros nas escolas e faculdades, sendo imprescindível que as instituições de ensino se reinventem para se adequar à nova realidade. Nessa esteia, é preciso transpor as barreiras da dificuldade ao acesso aos meios tecnológicos, possibilitando a utilização dessas ferramentas para aprimorar o ensino remoto e consequentemente amenizar os efeitos do distanciamento social.

Destarte, como método de abordagem, foi utilizado a pesquisa dedutiva, partindo-se da realidade macro - a utilização de tecnologias como forma de viabilizar a continuidade da educação no período de pandemia. Os procedimentos de pesquisa são baseados no levantamento bibliográfico de dados e informações constantes em publicações de periódicos, na legislação e em relatórios de instituições reconhecidas.

2. DIFERENÇAS ENTRE O ENSINO À DISTÂNCIA TRADICIONAL E O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA

Os conceitos de ensino à distância e ensino remoto não devem ser confundidos, pois tratam de modalidades diferentes. Com a chegada da pandemia do COVID-19 as escolas e instituições de ensino superior em todo o Brasil tiveram suas atividades presenciais suspensas e precisaram adotar a forma remota emergencial para promover a continuidade do ensino. A modalidade remota difere do ensino à distância tradicional e tem legislação própria, tendo sido autorizado e regulamentado pela portaria nº 343 de 17 de março de 2020 do Ministério da Educação, resoluções do Conselho Nacional de Educação e pela lei nº 14.040 de 2020. Durante a fase de isolamento social, o ensino que era feito de forma presencial precisou ser adaptado para a forma remota, com mediação das tecnologias, tendo ficado a critério de cada instituição estabelecer quais componentes seriam ofertados e quais atividades seriam realizadas, respeitados os limites estabelecidos na legislação específica.

O ensino à distância, apesar de ter a sua origem no Brasil datada do início do século XX, ganhou um maior espaço em todos os níveis da educação após o advento da Lei n.º 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual validou e regulamentou esta modalidade de ensino. O Ministério da Educação define o ensino à distância como sendo:

A modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (MEC, 2021).

No ensino superior, o EaD ganhou uma imensa popularidade com a promessa de abrir as portas das faculdades para indivíduos que não têm a oportunidade de ingressar na modalidade presencial por motivos diversos. Dentre as facilidades oferecidas pelos cursos EaD destacam-se a flexibilidade de horários e os baixos custos em relação ao ensino presencial. A consolidação do EaD na educação básica e superior também gerou mudanças e adaptações nas práticas e comportamentos dos professores, que tiveram que se especializar em aulas virtuais, com utilização de mediação tecnológica em todas as atividades e contatos com alunos.

Visto que a tecnologia é um fator decisivo e competitivo no ensino EaD, verifica-se a constante necessidade de atualização e aprendizado por parte dos profissionais que atuam nessa área e também dos alunos que necessitam ter acesso aos cursos, para que possam acompanhar o ritmo das informações e do conhecimento que se desenvolve. Sobre as diferenças entre o ensino presencial e o EaD, Cordeiro afirma que:

O diferencial é que na educação à distância o conteúdo é assíncrono e autoinstrucional, com a flexibilidade do tempo, com autonomia para o aluno estudar em qualquer horário. As videoaulas são gravadas e sempre há a figura do tutor para acompanhar as atividades e tirar as dúvidas dos alunos. Além de possuir uma padronização no material didático, calendário e atividades. (CORDEIRO, 2020, p. 9).

Dessa forma, o acesso ao conteúdo à distância é facilitado por ferramentas específicas e acompanhado por profissionais capacitados para tal. Apesar de que no EaD os alunos necessitam de um maior grau de disciplina para estabelecer sua rotina de estudos, eles aprendem o conteúdo dentro de seu próprio ritmo de aprendizagem, pois o planejamento do ensino tende a levar em consideração os diferentes tipos de aprendizado de cada discente. A diversidade de materiais e ferramentas permite chegar aos mais diferentes tipos de alunos, e ajudar cada um deles na forma mais adequada de aprender. Nesse sentido, Behar destaca:

É preciso diferenciar, neste momento, que a maior parte das instituições de ensino não está fazendo Educação a Distância, e sim Ensino Remoto Emergencial. Essa mudança drástica do dia para a noite exigiu que os docentes assumissem o processo de planejamento, criação, adaptação dos planos de ensino, o desenvolvimento de cada aula e a aplicação de estratégias pedagógicas online. (BEHAR, 2020).

O ensino remoto vigente atualmente em caráter emergencial no Brasil, assemelha-se à EaD apenas no aspecto da educação mediada pela tecnologia. Porém, os princípios seguem sendo os mesmos da educação presencial (Costa, 2020). Se por um lado o ensino remoto emergencial proporciona a vantagem de promover a continuidade do ensino, por outro lado também traz algumas desvantagens como a falta de acesso a recursos eletrônicos, acesso à internet de qualidade e a pouca ou quase nenhuma aptidão por parte dos docentes e discentes com os processos envolvidos na EaD.

3. A FALTA DE ACESSO AOS MEIOS TECNOLÓGICOS PELA POPULAÇÃO FINANCEIRAMENTE VULNERÁVEL

A inclusão digital se torna cada vez mais imprescindível nos cotidianos escolares, de modo que a valorização dos meios tecnológicos e a inovação digital acabou por se tornar cediço no cenário da pandemia. Entretanto, é importante pontuar que o Brasil é marcado por uma desigualdade social, onde, conseqüentemente, nem todas as pessoas estão inseridas nessa nova era educacional que prescinde de informatização. Nesse espeque é inegável que aquele que tiver

condições econômicas mais favoráveis, terá mais oportunidades em ter acesso a pluralidade de tecnologias.

Da escrita ao computador moderno, da medicina à inteligência robotizada, das antigas telenovelas à atual realidade virtual, nessa perspectiva, os avanços são evidentes. Informações e novos conhecimentos sendo revelados de forma inovadora, onde os celulares permitem a comunicação instantânea, e a internet de qualidade no atual contexto pandêmico aproximam espaços.

É imperioso destacar dentro dessa análise que a internet é capaz de acessar conhecimentos e explorar o mundo. A possibilidade de ter comunicação instantânea e novas informações sem sair do lugar, se mostrou revolucionária e indispensável para o “novo normal”, com isso é salutar destacar que a educação é necessária em todo contexto social. Dessa forma, como conectar quem não está conectado e garantir concomitantemente o direito constitucional à educação, com o fito de propiciar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme dispõe o *caput* do art. 205 da Carta Magna?

Respeitar os direitos humanos na era digital não parece ser uma tarefa fácil, nesse contexto, Sotero e Coutinho afirmam que:

O uso das tecnologias também não ocorre de maneira equilibrada, que alcance a todos, independente de classe social, poder econômico e localização geográfica. É de extrema importância frisar essa questão em um momento tão caótico em que se encontra o mundo, no qual a tecnologia tem se tornado cada vez mais presente e útil, principalmente para o ambiente educacional. Concluímos que muitos professores estão se sentindo acuados por esse momento, seja por não possuírem uma internet de qualidade satisfatória para a produção de vídeos aulas e para interações, seja pela questão de moradia que também dificulta o acesso à internet e talvez até mesmo pela ausência de um computador ou celular mais atual. A mesma carência é enfrentada pelos alunos de regiões ditas periféricas e, que o acesso é limitado e, às vezes, inexistente à internet. (SOTERO e COUTINHO, 2020, p. 81).

À vista disso, analisando a situação do Brasil, o fraco acesso à informação e às suas ferramentas, acentua uma realidade supressiva, que conseqüentemente ocasiona um distanciamento gradativo, já que inegavelmente as tecnologias constituem como fator inevitavelmente exclusivo. Com isso, conforme dispõe Couto et al (2020, p. 200) “as experiências ciberculturais, especialmente, aquelas de uma educação *on-line*, alcançam uma parcela restrita de pessoas e aponta que os desafios para educar com tecnologias digitais ainda são imensos e precisam ser democratizados”.

As desigualdades no acesso à internet em áreas periféricas e em áreas rurais transparecem as diferenças delineadas pelas populações financeiramente vulneráveis, o que resulta conseqüentemente na falta de acesso à educação, já que os meios tecnológicos poucas vezes chegam à população de baixa renda, tornando a inclusão um dos maiores e mais importantes desafios do país, que inegavelmente acentuou com a pandemia do COVID-19. Desse modo, pensando nessa problemática, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ao realizar o estudo sobre o acesso domiciliar a internet e ensino remoto durante a pandemia diagnosticou as dificuldades e evidenciou alternativas para conectar os estudantes com condições financeiras desfavoráveis a partir de políticas públicas efetivas, que se traduz em aquisição de chips de dados, celulares, tablets, notebook entre outros (IPEA, 2020).

Em suma, é imperioso adotar medidas que priorizem o acesso a tecnologias que promovam de forma eficiente e eficaz o ensino remoto, sendo que a inclusão digital deve fazer parte da infraestrutura básica do cidadão, como acesso a água, luz e esgoto. Destarte, conforme preceitua Moreira et al (2020, p. 6288), as aplicações de ensino em épocas de pandemias devem levar a informação a todas as camadas sociais do país, de modo a compreender as peculiaridades socioeconômicas com o fito de desenvolver habilidades para que os alunos dessas localidades não sejam prejudicados, implantando mecanismos efetivos e eficazes para a feitura da educação a distância no Brasil, com o auxílio fundamental das ferramentas tecnológicas que devem chegar indistintamente para todos.

4. A NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO DE UM ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA UM ENSINO DIGITAL CONTÍNUO

A pandemia de COVID-19 acabou paralisando vários setores vistos em primeiro momento como não essenciais, entretanto, aliado aos mecanismos propiciados pelo advento tecnológico foi possível viabilizar e oportunizar à população o acesso à educação através da nova prática denominada de ensino remoto, sendo esta uma estratégia imprescindível de retomada e continuidade das aulas, corroborando por sua vez para novos cenários de ensino e aprendizagem. Desse modo, Moreira et al elucida bem essa realidade:

Mas ninguém, nem mesmo os professores que já adotavam ambientes online nas suas práticas, imaginava que seria necessária uma mudança tão rápida e emergencial, de forma quase obrigatória, devido à expansão do coronavírus. Na realidade, com a chegada abrupta do vírus, as instituições educativas e os professores foram forçados a adotar práticas de ensino a distância, práticas de ensino remoto de emergência, muito diferentes das práticas de uma educação digital em rede de qualidade. (MOREIRA et al, 2020, p. 351).

In casu, é forçoso reconhecer que o estado atual de intensificação e aceleração do índice de contaminação, acaba por refletir na necessidade de se pensar no aprimoramento tanto do planejamento quanto da execução do ensino digital contínuo, com o fito de reduzir o dano acarretado pela pandemia ao processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, não basta transpor as práticas pedagógicas adotadas no ambiente físico, como foi feito inicialmente com o impacto da pandemia e com a paralisação abrupta das aulas, pois, urge pensar em uma educação digital em rede de qualidade, que permita mais que aulas expositivas e monologas, viabilizando interação, participação e utilização de ferramentas inovadoras que favoreça e facilite a absorção do conteúdo ministrado.

A crescente demanda de informatização e a conseqüente expansão dos meios de comunicação têm o potencial ativo de integrar diversas culturas em uma mesma ou em distintas sociedades. Analisando esses fatores e os passos largos dados pela pós-modernidade para contemplar em todos os níveis a emergência de democratização digital é possível compreender porque ninguém mais pode ficar à margem desse processo, pois, a inclusão digital nos dias atuais é capaz de expandir horizontes, deixando de ser ferramenta exclusiva das áreas urbanas e privilegiadas, favorecendo a inclusão digital a partir da interação com a sociedade, compartilhando conhecimentos com a busca do novo de maneira mutável, garantindo que todos participem desse processo de modernização, que embora seja obrigatório e indispensável para o momento, mostra-se verdadeira tendência para o futuro.

Nessa esteia, a realidade da educação brasileira, frente aos seus diversos problemas sociais pré-existentes, precisa invariavelmente se reinventar e expandir horizontes diante da nova propensão, trazendo alternativas para a população que anseia por conhecimento e pela possibilidade de implantação de programas que permitam ao estudante tanto o início como o término do ano letivo com êxito, superando as barreiras que dificultam o seu acesso. À vista disso, a pandemia revelou que mesmo remotamente, a educação é indispensável e não pode parar, sendo que nessa conjuntura, Sotero e Coutinho entendem que:

As tecnologias digitais estão sendo utilizadas para proporcionar diferentes interações no contexto educativo, como aulas remotas, criação de materiais didáticos, memes educativos, debates nas redes sociais, lives e etc... Nesse momento, em que os encontros presenciais estão restringidos, e que as escolas estão fechadas, a importância da educação é cada vez mais evidenciada, pois a mesma vem sendo negligenciada há anos por governos e por outros setores da nossa sociedade. Estamos vivenciando um momento político e social que nos permite dar uma resposta contrária à banalização que vem vivendo a educação. Ou seja, este momento contraria a posição de que a escola pode ser descartável e substituível por classes em casa, por exemplo: 'homeschooling'. Ao contrário disso, a educação escolar se faz necessária em todos os contextos

históricos da sociedade, sejam elas quais forem. (SOTERO e COUTINHO, 2020, p. 67).

Assim sendo, mesmo com os desafios incessantes das aulas expositivas transmitidas remotamente, e as dificuldades para a realização de avaliações com o suporte de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), protelar o aprimoramento da educação no atual estágio que a sociedade se encontra submetida em razão do contexto pandêmico só irá retardar a diversificação, a personalização, a rotina de estudo e a estabilidade que tanto os alunos precisam e anseiam, sendo premente o planejamento para a consecução de um ensino digital de qualidade contínuo.

5. O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO PARA AMENIZAR OS EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL

O isolamento social foi imposto a partir de março de 2020 pelos governantes de vários países com a finalidade de conter a disseminação do COVID-19, tendo sido recomendado como estratégia de enfrentamento da pandemia por diversas autoridades de saúde no mundo todo, inclusive pela OMS e foi estabelecido através de medidas que mobilizaram diversos setores da sociedade. Para a área educacional, o ano de 2020 trouxe muitas mudanças, principalmente em relação à valorização do educador como profissional essencial, o desenvolvimento e a manutenção de novas políticas públicas educacionais, uma maior necessidade de envolvimento da família nesse processo e a utilização de novas tecnologias como ferramentas indispensáveis.

No Brasil, a principal medida de isolamento social em relação à educação foi a suspensão das atividades presenciais do ensino básico e superior e como alternativa foi autorizado o ensino remoto através da portaria nº 343 de 17 de março de 2020 do Ministério da Educação. Naquele momento, todos os profissionais da educação precisaram se adaptar a um modelo de mediação tecnológica semelhante ao que ocorre com a educação à distância, porém sem ter o tempo necessário para capacitação e preparo não apenas no aspecto tecnológico, mas também no aspecto psicológico.

O distanciamento dos alunos era um fato com o qual os profissionais do ensino presencial não estavam acostumados e isso causou uma enorme dificuldade de interação entre professores e alunos, tornando-se um grande obstáculo para se atingir as finalidades do ensino. O próprio isolamento social, aliado ao cenário de desastres e incertezas causadas pela pandemia,

contribuiu para gerar casos de ansiedade e depressão tanto por parte dos docentes quanto por parte dos discentes.

Visto que existe uma necessidade de continuidade do ensino remoto, ainda que de maneira temporária, se faz pertinente que sejam procuradas formas de amenizar os efeitos do isolamento social nas práticas educacionais. Nesse diapasão, Cordeiro afirma que:

O uso adequado e estruturado da tecnologia na Educação, quando aliado ao trabalho docente, pode impulsionar a aprendizagem dos alunos. Além disso, no mundo contemporâneo cada vez mais conectado exige o desenvolvimento de conhecimentos e competências específicas que precisam ser trabalhados na escola. (CORDEIRO, 2020, p. 11).

Das mudanças na educação iniciadas no período da pandemia do COVID-19 podem ser extraídos pontos positivos, que se bem trabalhados podem contribuir significativamente para uma mudança no modelo de educação tradicional. Porém, se faz necessário um empenho por parte de todos os envolvidos no processo para que a tecnologia que atualmente é vista como barreira limitante passe a ser vista como ferramenta integradora.

Aprender a lidar com o novo, com o diferente, entender os benefícios de fazer um novo projeto, buscar a motivação para engajar nossos estudantes. Precisamos procurar nossas qualidades, coragem, criatividade, perspectiva, trabalho em equipe, pois estamos construindo juntos um “novo normal” que, após a pandemia, abrirá grandes possibilidades para uma “nova universidade” a caminho do ensino híbrido e mais livre da localização geográfica. (BEHAR, 2020).

Destacam-se no cenário do ensino remoto, vários profissionais que já tomam a iniciativa de buscar conhecer novas ferramentas tecnológicas para aplicar nas suas aulas. A utilização da tecnologia desempenha um papel importante na educação há muito tempo, mas com os avanços tecnológicos contínuos e as mudanças da sociedade, inclusive com o isolamento social temporário, se faz necessário repensar o seu papel na educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que no atual cenário de isolamento social devido à pandemia, o ensino remoto emergencial necessita adquirir de maneira célere uma qualidade maior em seus processos, pois tanto os professores quanto os alunos encontram barreiras tecnológicas que os atrapalham ou que os excluem do processo educacional. Assim sendo, as políticas públicas de inclusão digital também têm um papel fundamental a desempenhar para viabilizar e

democratizar o acesso às tecnologias educativas por parte da população e criar programas de capacitação para os profissionais do ensino.

Algumas das soluções já utilizadas na modalidade EaD podem servir de parâmetro para a mudança de um ensino remoto emergencial para um ensino digital contínuo de qualidade, pois o ensino a distância possui maior flexibilidade de horários, é planejado para atingir seus objetivos específicos, possui profissionais especializados em mediação tecnológica acostumados com as constantes atualizações em novas tecnologias e possui uma grande diversidade de materiais e ferramentas que permitem uma maior inclusão.

Apesar das dificuldades sociais, políticas e econômicas do momento da pandemia, se faz necessário que o profissional da educação se adapte e se reinvente para educar nesse novo cenário, pois enquanto a população não tiver totalmente imunizada com todas as doses da vacina e os níveis de contaminação não diminuírem será necessário continuar no ensino remoto. Nesse ínterim, o planejamento dos processos educacionais será fundamental para conferir a estabilidade e a continuidade das aulas, bem como viabilizar o aprendizado efetivo.

REFERÊNCIAS

BEHAR, Patricia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mai. 2021.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O Impacto da Pandemia na Educação: a Utilização da Tecnologia Como Ferramenta de Ensino**. Disponível em: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

COSTA, Renata. **Lições do Corona vírus: Ensino remoto emergencial não é EAD**. Desafios da Educação. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/coronavirus-ensino-remoto>. Acesso em: 20 jun 2021.

COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. de M. P. (2020). **#FIQUEEMCASA: educação na pandemia da COVID-19**. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>. Acesso em: 30 abr. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipea analisa estratégias para universalizar o ensino remoto na pandemia.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36560. Acesso em: 15 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Superior a Distância.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia%20%C3%A9,em%20lugares%20ou%20tempos%20diversos>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

MOREIRA, M. E. S. et al. **Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19.** Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/11584>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MOREIRA, J. A., HENRIQUES, S., BARROS, D. **Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia.** Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9756>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SILVA, Vitória. MEC autoriza ensino remoto no país até o fim da pandemia. **Correio Braziliense.** Brasília, 10 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2020/12/4894173-mec-autoriza-ensino-remoto-no-pais-ate-o-fim-da-pandemia.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

SOTERO, Elaine. COUTINHO, Brenda. **Memes, tecnologias e educação: ‘conversas’ com professoras em tempos de pandemia.** Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/50564>. Acesso em: 01 mai. 2021.